



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150657 - PA (2021/0228908-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JOSE VIEIRA MOITA NETO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - PA026925  
EDSON DE CARVALHO SADALA - PA012807  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JOÃO VIEIRA MOITA NETO contra decisão proferida pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0804829-92.2021.8.14.0000).

O recorrente encontra-se preso cautelarmente em virtude da suposta prática das condutas previstas nos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006 (Tráfico e Associação para o Tráfico).

Sustenta, em suma, a ausência de elementos concretos para a manutenção da segregação cautelar.

Pugna, liminarmente e no mérito, *seja posto em liberdade provisória, nos termos do Artigo 321 do Código de Processo Penal, impondo, se for o caso as medidas cautelares previstas no Artigo 319 do mesmo diploma legal.*

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, conforme se verifica do seguinte trecho do acórdão recorrido:

*Considerando a comprovação da existência do crime e indício suficiente da autoria, a quantidade e natureza da droga apreendida, verifico a necessidade de garantir a manutenção da ordem pública e garantir a instrução criminal, por ora, entendo necessária a manutenção do cárcere cautelar até maiores esclarecimentos acerca das circunstâncias do crime, verificação de possível envolvimento com organizações criminosas. Presentes, portanto, os requisitos para decretação da excepcional medida cautelar da prisão preventiva, nos termos do art. 311 e seguintes do Código de Processo Penal. Importante destacar que um dos acusados possui antecedentes criminais, ou seja, foi posto em liberdade e tornou a delinquir. Dessa forma, pelas oitivas colhidas perante a autoridade policial, entendo presentes não só a materialidade e os indícios de autoria (fumus comissi delicti), mas também a periculosidade social do custodiado, a partir das peculiaridades que denotam a*

*gravidade concreta do crime, de sorte que, por ora, a sua soltura colocaria em risco a ordem pública ( periculum libertatis), a investigação criminal e à segurança da sociedade, causando prejuízo à instrução criminal e à paz pública. Ademais, as medidas cautelares diversas da prisão, neste primeiro momento, não se mostram suficientes no caso em tela, pois, como dito acima, se faz necessário maiores esclarecimentos acerca das circunstâncias da prática do crime, existindo a possibilidade de interferência dos acusados no melhor esclarecimento dos fatos. Desta forma, a fim de garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, levando-se em conta a forma como os fatos se deram e por existir prova da existência do crime e representação da Autoridade Policial, com fulcro no artigo 312 e seguintes do CPP, CONVERTO APRISÃO EM FLAGRANTE EM CUSTÓDIA PREVENTIVA dos flagranteados PATH NAIANE GOMESBATISTA e JOSÉ VIEIRA MOITA NETO.”*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência